

Mulher Parlamentar e lideranças comunitárias na divulgação de leis

Notícias, Política, 07.12.2021, Pág. 09, Ed. nº 31.478



A aprovação das leis visa proteger as famílias moçambicanas

O GABINETE da Mulher Parlamentar está a trabalhar com as lideranças comunitárias para reforçar a divulgação das leis de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras; das Sucessões e da Família, todas aprovadas pela Assembleia da República em 2019.

Segundo Rita Muianga, membro deste grupo parlamentar, a divulgação destas leis é feita em seminários, mesas-redon-

das de troca de experiências, com o envolvimento da sociedade civil e outros actores que trabalham em prol dos direitos da mulher e da criança.

“O caminho para pôr fim à violência doméstica ainda é longo, por isso é importante o envolvimento de todos”, disse.

A parlamentar falava à margem de um workshop organizado pela Gender Links, que serviu para avaliar avan-

ços e retrocessos na aplicação das três leis, tendo apontado a família como um espaço privilegiado para o desenvolvimento e consolidação da personalidade dos membros, onde se cultivam o diálogo e entajuda.

A deputada considerou que, apesar da existência das leis, muitas famílias ainda enfrentam desafios ligados à violência física, sexual e psicológica, na maioria das vezes prota-

gonizada por pessoas próximas.

“Esta situação requer de nós parlamentares o reforço de contactos com a população e, em especial, com as lideranças comunitárias para a divulgação desses instrumentos”, explica.

Rita Muianga disse ainda que a violência só acabará com a harmonização das várias práticas culturais, sobretudo as nocivas, à lei.

O facto é que ainda existem práticas culturais que perpetuam a violência doméstica, em particular contra a mulher e criança.

Deu como exemplo os ritos de iniciação que, em algumas zonas, são usados para ensinar a crianças com menor idade actividades reservadas para adultos, como é o caso da prática do sexo.

Refira-se que a aprovação das leis em referência resultou de um longo processo de consultas e debates, que envolveram deputados, Governo, órgãos da justiça e organizações da sociedade civil.

Dentre as organizações envolvidas, destacam-se o Fórum Mulher, a Gender Links e Coligação para Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP), líderes comunitários, religiosos e comunidades académicas.